



## Plenário aprova nova divisão do ICMS do comércio on-line

Decisão foi saudada como importante para a justiça tributária entre os estados, beneficiando os menos desenvolvidos

**A** nova fórmula para a distribuição do ICMS sobre o comércio eletrônico foi aprovada pela unanimidade dos senadores. A emenda constitucional, a ser promulgada hoje, corrige uma distorção tributária que permitia o recolhimento de todo o ICMS pelo estado de

origem, onde está localizada a loja virtual. Pelo texto, os estados de destino, em geral menos desenvolvidos, receberão 100% da diferença de alíquotas em 2019. Até lá será seguida uma regra de transição. O comércio on-line pode movimentar cerca de R\$ 35 bilhões este ano. **12**

Plenário durante votação do projeto que estabeleceu uma nova divisão do ICMS do comércio eletrônico entre o estado do vendedor e o estado do consumidor: medida será promulgada hoje



Waldemir Barreto/Agência Senado

**Indicado para o STF, Fachin será sabatinado no dia 29 8**

**Projeto da nova Lei da Biodiversidade vai à Câmara 3**

**TV e Rádio Senado reformulam grade de programação 2**



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Requião ocupa posto no Parlasul

Senador foi eleito para presidir a delegação brasileira no Parlamento do Mercosul. Vices ainda serão escolhidos. **11**

Roberto Requião durante reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

### Congresso começa a analisar LDO de 2016



Jonas Pereira/Agência Senado

Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa (E) entrega projeto a Renan Calheiros

Com previsão de reajuste de 8,37% para o salário mínimo, que sobe para R\$ 854, crescimento da economia de 1,3% e inflação de 5,6%, o projeto que define as regras para a montagem do Orçamento de 2016 chegou ontem ao Congresso. A proposta do Executivo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias pretende unificar a taxa de aumento do funcionalismo. **6**

### Ministro quer marco regulatório do esporte

Em audiência, o ministro George Hilton afirmou que União, estados, prefeituras e iniciativa privada precisam ter obrigações em relação ao esporte, como já ocorre na educação. **5**

O ministro do Esporte, George Hilton, participa de audiência pública, ao lado do senador Romário



André Corrêa/Agência Senado

**Analistas criticam falta de transparência em repasses do governo ao BNDES 10**

**Relator reduz carência para seguro-desemprego de trabalhador rural 7**

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Estatuto da Juventude



Secom | Criação e Marketing

### Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:  
www.senado.leg.br/agoraelei





Veículos de comunicação da Casa intensificam o acompanhamento de comissões e Plenário com reportagens e transmissões ao vivo com foco na agenda legislativa

# TV e Rádio Senado ampliam cobertura legislativa

A TV SENADO e a Rádio Senado iniciaram uma reformulação na programação visando ampliar a divulgação da atividade da Casa, com aumento significativo de conteúdo institucional e legislativo e de espaço para a divulgação do trabalho e opinião dos senadores. As diretrizes constam da conclusão do grupo de trabalho que nos últimos 30 dias discutiu ajustes nos programas das emissoras. O documento final foi entregue na segunda ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que agradeceu aos servidores e destacou a importância dos ajustes.

Os veículos de comunicação trabalharam em subgrupos para debater com as equipes nas redações e chegar às sugestões. Durante a semana, a programação legislativa sobe de 85,8% para 92,5% na TV Senado e, nos finais de semana, passa de 26% para 59,4%.

Na Rádio Senado, com a nova grade, de segunda a sexta, a programação legislativa sobe de 48,3% para 55%, sendo que, de terça a quinta-feira, varia de 81,4% para 96,5%. Aos sábados e domingos, a programação voltada para o Senado cresce 150%, indo de 8,3% para 20,4%.

Hoje, a presença legislativa na programação já é bastante



Estúdio da TV Senado: nova grade da emissora é fruto das conclusões de grupo de trabalho composto por servidores

expressiva, tanto na TV Senado quanto na Rádio Senado. Com a intensidade da atividade legislativa, de 23 a 26 de março passado, por exemplo, o canal de TV captou e exibiu mais de 66 horas de reuniões de comissões e 40 horas de sessões plenárias. Tudo o que acontece é gravado e, se não foi ao ar ao vivo, é exibido ao longo da semana nos intervalos entre as reuniões. Nos finais de semana, a TV reservará todas as manhãs para reapresentação das comissões ou do Plenário.

O grupo de trabalho optou

também por mudanças na cobertura, na busca de um jornalismo mais ágil, com mais entradas ao vivo nos intervalos das transmissões das comissões e do Plenário, mais boletins e a intensificação de uso das barras de notícias na TV Senado e interação com o cidadão por meio de WhatsApp e mídias sociais. Na Rádio e na TV, alguns programas foram extintos e outros passarão por um alinhamento com a agenda legislativa. Na TV permanecem *EcoSenado*, *Inclusão* e *Município Brasil*. Na Rádio,

*Senado é mais Brasil e Conexão Senado*.

## Servidores

Participaram do grupo de trabalho o assessor de imprensa da Presidência, Weiller Diniz, os diretores da TV e da Rádio Senado, Junia Melo e Ivan Godoy, e os respectivos adjuntos, Isabela Dutra e Vladimir Spinoza, com os técnicos da programação e de dois representantes das duas redações. Pela TV, atuaram Alberto de La Peña, diretor de Programação, Luciana Rodrigues e Lara Francischetti Piza e, pela Rádio, Esther Lerner, da programação, Mauricio de Santi e Fernanda Nardelli.

A diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Virgínia Malheiros Galvez, disse que o trabalho constitui uma análise técnica e madura

## Assembleia do Piauí quer sinal de televisão no interior

O presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado Themístocles Filho, solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, extensão do sinal da TV Senado para o interior do estado.

— Vamos viabilizar, sim, já que a estrutura está disponível — disse Renan.

Estavam presentes o Elmano Férrer (PTB-PI) e Guilherme Melo, ex-governador do estado, .

dos servidores a partir de uma solicitação do presidente.

— Fizemos um reflexão importante e necessária que virá em benefício do cidadão que acompanha o nosso trabalho e quer saber o que o Parlamento discute e decide — afirmou.

O diretor da Rádio Senado, Ivan Godoy, ressaltou a importância do esforço e do desafio para o grupo de trabalho.

— As novas grades da TV e da Rádio ajudarão a mostrar mais e melhor à população o trabalho realizado pelo Senado e pelos senadores, contribuindo para intensificar a transparência do Poder Legislativo — destacou.

A diretora da TV Senado, Junia Melo, destaca que o jornalismo feito pela emissora acompanha a indústria televisiva, preparada para noticiar os fatos assim que acontecem.

## Veja as principais diretrizes das novas grades de programação:

### TV SENADO

Programação legislativa, na semana, sobe de 85,8% para 92,5%  
 Programação legislativa, nos fins de semana, mais que dobra, passando de 26% para 59,4%  
 Mais quatro horas de íntegras da semana no domingo, além do sábado  
 Revista da Semana exibido aos sábados e domingos  
 Momento da Política — fala curta dos senadores  
 Fala Cidadão — senador responde às perguntas da população  
 Telas com números da administração do Senado, de informação de atividades e votações e outros assuntos de destaque do Senado para veicular nos intervalos de programas  
 Quadro com senadores no programa *Município Brasil*  
 Senado Agora, Senado Aprova, Momento Legislativo e Por Dentro do Senado — programas curtos para veiculação entre programas maiores (interprogramas)  
 Mais exibições do programa *Argumento* (entrevistas com senadores), que terá mais três horários de exibição aos sábados e domingos  
 Ecosenado, Inclusão, Município Brasil e Parlamento Brasil — alinhamento à agenda legislativa  
 Nova dinâmica do jornalismo, com mais boletins informativos sobre a atividade legislativa ao longo da programação entre as comissões  
 Mais entradas ao vivo factuais nas manhãs de segunda a sexta-feira, com notícias da pauta do dia e sonoras de senadores  
 Atualização mais frequente da “barra de notícias”

### RÁDIO SENADO

Programação legislativa, de segunda a sexta, sobe de 48,3% para 55% na semana. De terça a quinta-feira, das 6h às 24h, o percentual varia de 81,4% a 96,5%  
 Programação legislativa, nos finais de semana, cresce 150%, passando de 8,3% para 20,4%  
 Maior inserção de notas e matérias sobre as atividades do Senado na programação  
 Criação de novos programas, alteração dos existentes e eliminação de produtos sem relação com a atividade legislativa  
 Nova edição do jornal *Senado Notícias* às 22h  
 Programa *Senado em Revista* passa a ter dois âncoras e será reprisado sábado e domingo  
 Programa *Conexão Senado* aumenta de 60% para 80% o conteúdo legislativo  
 No programa *O Senado é mais Brasil*, novos quadros aumentam a divulgação dos trabalhos legislativos para até 95%

## Gilmar Mendes fará palestra em aula inaugural do ILB

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promoverá amanhã aula inaugural do ano letivo dos cursos de pós-graduação lato sensu com palestra do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes sobre o tema “Reforma política: novos rumos da democracia brasileira”. A aula ocorrerá no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, às 10h30.

Comporão a mesa de abertura do evento a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, o diretor do ILB, Helder Rebouças, e o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira.

Após a palestra de Gilmar Mendes, Rebouças entregará os certificados de conclusão aos alunos dos cursos de pós-graduação de direito le-

gislativo e de administração legislativa, cujas aulas acabaram em dezembro de 2014.

Dois cursos de pós-graduação estão em andamento neste semestre: comunicação legislativa e ciência política. Para o próximo semestre, há previsão de abertura da segunda turma de direito legislativo e do novo curso de orçamento público.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Povos indígenas

11h30 Sessão deliberativa extraordinária; às 15h, sessão em homenagem aos povos indígenas.

### CONGRESSO Comércio eletrônico

11h Promulgação da emenda que altera ICMS de comércio eletrônico.

### PRESIDÊNCIA Povos indígenas

11h Renan recebe o alto representante-geral do Mercosul, Dr. Rosinha; às 11h30, preside sessão extraordinária; às 15h, recebe a presidente nacional do PMDB Mulher, Fátima Pelaes; às 15h, preside sessão pelos povos indígenas.

### CRA Pronaf

8h Audiência pública para debater o Pronaf e a Política de Crédito Rural.

### CRE Embaixadores

10h Comissão aprecia, entre outros itens, a indicação de embaixadores para Guiné Equatorial e Togo.

### INSTITUCIONAL Gilmar Mendes

10h30 Ministro do STF faz aula inaugural sobre reforma política a alunos do ILB.

### CPI DO HSBC Ministério da Justiça

9h Comissão aprecia 13 requerimentos. Às 12h30, membros têm reunião com ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Concluída votação de nova Lei da Biodiversidade, que vai à Câmara

Senadores aprovaram duas emendas: a primeira permite isenção da cobrança de repartição de benefícios sobre produtos acabados lançados até 29 de junho de 2000 e a segunda fixa a repartição mesmo quando o elemento não for o ativo principal na composição

O PLENÁRIO ENCERROU ontem a votação do novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015). Os senadores aprovaram os dois últimos destaques ao texto principal da matéria, que havia sido aprovado na semana passada. A proposta agora retorna à Câmara dos Deputados para revisão.

Os senadores acataram emenda alterando a regra de isenção de cobrança de repartição de benefícios. O texto original previa que, a partir da vigência da nova lei, ficariam isentos do pagamento de repartição de benefícios os produtos com componentes da biodiversidade ou do conhecimento tradicional associado que tiveram a pesquisa — ou seja, o acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional — iniciada antes de 29 de junho de 2000, data de edição da primeira legislação sobre o tema.

Com a mudança aprovada em Plenário, a isenção passa a valer só para quem iniciou a exploração econômica do produto acabado, e não a pesquisa, antes daquela data.

— Não se trata de retroagir as obrigações dessa lei sobre atividades do passado, mas garantir que aquele que explorou economicamente a biodiversidade a partir de 2000 reparta os benefícios devidos — defendeu o relator ad hoc da proposta, senador Otto Alencar (PSD-BA).

Ao aprovar a emenda, a preocupação dos senadores foi com a possibilidade de fraudes na comprovação do início do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado como forma de driblar o pagamento da repartição de benefícios.

— Se derrotarmos essa emenda,

como fica? O que pode acontecer daqui a cinco anos? Uma empresa farmacêutica lança um produto novo, mas pode dizer: “Ah não, eu tive acesso ao patrimônio genético antes de 2000”. Não tem nenhum registro. Não há como registrar — alertou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

## Críticas

A mudança recebeu críticas, com o argumento de que é uma ameaça à segurança jurídica do setor, que passa a ser obrigado a pagar repartição de benefício por um período em que ainda não havia legislação sobre o tema.

Para o senador Douglas Cintra (PTB-PE), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o texto original garantia segurança àqueles que, mesmo antes de haver qualquer marco legal sobre a matéria, realizaram investimentos na biodiversidade, incentivando a economia nacional.

— Essa norma representava verdadeira segurança jurídica aos que realizaram o acesso no passado, sob regras diversas. Não é justo, portanto, mudar as regras do jogo agora para os acessos que já foram realizados há décadas — reclamou.

Os senadores também aprovaram emenda estipulando que a presença do elemento de agregação de valor no produto acabado não tenha que ser “determinante”, e sim que possa contribuir para a existência de características funcionais ou para a formatação do apelo mercadológico. Ou seja, se o recurso da biodiversidade, um princípio ativo em um remédio, em um óleo ou em um xampu contribuir para a formação do apelo mercadológico,

a exploração econômica desse ativo deverá repartir benefícios, ainda que ele não seja o elemento principal.

— Quando estreitamos, única e exclusivamente, para um elemento principal, vamos restringir o óbvio, que é a repartição de benefícios — argumentou o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Para o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), o grau de participação do elemento da biodiversidade no produto final deveria ser levado em conta na cobrança da repartição do benefício.

— Quando usamos um produto na fabricação de um medicamento, um boldo, por exemplo, vai ser tributado sobre 1% do valor do comprimido, porque o boldo é o elemento principal. Mas quando o elemento vem apenas em parte da produção, ou seja, vou usar a cera de carnaúba para poder fazer o invólucro do comprimido, o princípio ativo do comprimido não é originário da biodiversidade. O que é originário da biodiversidade é apenas o invólucro do comprimido. Então, vamos cobrar 1% sobre o valor da carnaúba? Ela não é um fator determinante na fabricação do comprimido — ponderou.

Na sessão de anteontem, os senadores já tinham aprovado a exigência de que a repartição de benefício seja obrigatória sempre que o produto resultar de uso de patrimônio genético ou conhecimento associado, mesmo que não esteja entre os principais elementos de agregação de valor do produto final. Também rejeitaram duas emendas que propunham substituir o termo “populações indígenas” pelos termos “povos indígenas” e “povos e comunidades tradicionais”.

## Raimundo Lira preside comissão temporária sobre o São Francisco

Raimundo Lira (PMDB-PB) foi eleito presidente da Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras de Transposição e Revitalização do São Francisco, que terá prazo de funcionamento de um ano. Para o senador, “a comissão tem instrumentos para fiscalizar, acompanhar e apresentar sugestões para dar mais eficiência ao andamento da obra”.

O colegiado terá como relator Humberto Costa (PT-PE).

## Wellington Fagundes espera o fim da febre aftosa no Brasil

Wellington Fagundes (PR-MT) cumprimentou anteontem o Ministério da Agricultura por suspender medida que paralisou a produção de vacinas contra a febre aftosa. Ele informou que os fabricantes tiveram dificuldades de adaptação às novas regras de biossegurança. O senador manifestou esperança de que, após 160 anos, o Brasil se torne livre da febre aftosa.

— Isso é um ganho econômico tremendo, esperado por todos. Imagine o que os pecuaristas viveriam com o risco de faltar vacina — disse.

## Ricardo Ferraço lembra o Dia Internacional do Café

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) destacou anteontem a passagem do Dia Internacional do Café. Ele lembrou que, desde o começo do século 20, o café representa a economia, a cultura e o espírito empreendedor do brasileiro. — A produção de café se confunde com o desenvolvimento do nosso país e, sobretudo, do meu estado.

Ferraço disse que o grão, de origem africana, representa um dos maiores geradores de renda no Brasil. O senador ressaltou que o Espírito Santo é o segundo produtor nacional de café.

## Avança política especial para a agricultura indígena

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de lei (PLC 74/2014) que obriga o poder público a prestar apoio e assistência técnica para a agricultura indígena. A intenção é facilitar a implantação de planos específicos para essas populações, a exemplo do que ocorre com a agricultura familiar. A cobertura deve se estender às atividades de pesca, caça, criação de animais e pecuária. A proposta, de Wellington Fagundes (PR-MT), foi relatada por Sérgio Petecão (PSD-AC) e passa agora pela Comissão de Agricultura (CRA) antes de seguir para o Plenário.

## Adversidades climáticas vão continuar, dizem especialistas

Quem espera aumento no volume de chuvas na Região Sudeste pode se preparar para o contrário. O cenário de instabilidade climática deve resultar em períodos de estiagem cada vez mais longos, demandando políticas de economia e de reúso de água para evitar um colapso. O diagnóstico e suas repercussões na economia e na sociedade foram discutidos ontem em audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que também fará debates regionais. O objetivo é elaborar documento a ser apresentado em novembro, em Paris, na Conferência da ONU para Mudanças Climáticas (COP-21).

Para o pesquisador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Paulo Nobre, é necessário pensar em longo prazo. Embora o volume dos reservatórios do Sudeste tenha aumentado com as chuvas de fevereiro e março, a crise deve continuar.

— Precisamos nos preparar e nos adequar para um país que apresentará extremos cada vez maiores, tanto de temperatura quanto de abundância



Fernando Bezerra (entre Joaquim Gondim e Paulo Nobre) defende uso racional de recursos naturais

ou de falta de água — afirmou Nobre.

As megacidades, segundo os especialistas, são mais afetadas porque as chuvas escoam para rios poluídos, como o Tietê e o Pinheiros, em São Paulo. O superintendente de Operações e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas (ANA), Joaquim Guedes Correa Gondim Filho, disse que as soluções para a crise hídrica nas metrópoles não são viáveis no curto prazo, porque as ações necessárias são complexas e de alto custo.

O presidente da CMMC, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), ressaltou que 1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso regular à água, enquanto no Brasil a média de desperdício chega a 40%. Bezerra, ex-ministro da Integração Nacional, reclamou do imprevisto na definição dos investimentos e defendeu o uso eficiente e racional dos recursos naturais.

— É preciso investir na preservação das matas ciliares para dar vida aos rios e garantir o abastecimento — disse.



# Comissão aprova apadrinhamento legal de crianças e adolescentes

Avança projeto que regulamenta ajuda financeira voluntária do padrinho ou madrinha para menor, sem interferência no poder familiar

O COMPROMISSO VOLUNTÁRIO de assumir o sustento de uma criança ou adolescente, o chamado apadrinhamento legal, foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem. O mecanismo conceitua o compromisso, assumido por brasileiros ou estrangeiros, com o objetivo de garantir a oferta de sustento parcial ou total a crianças e adolescentes. Não é permitida a interferência no exercício do poder familiar.

O PLS 171/2013, que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), equipara as prestações assumidas pelo padrinho às pensões alimentícias. Porém, eventual descumprimento das prestações não causará, como acontece com as pensões, a prisão civil do padrinho ou da madrinha.

O autor é o ex-senador Eduardo Lopes, suplente de Marcelo Crivella (PRB-RJ). Lopes assumiu o mandato quando Crivella se licenciou para chefiar o Ministério da Pesca.

Dispondo de um padrinho, diz Lopes, uma criança carente continuará tendo o afeto da família natural, mas passando a dispor de meios materiais para crescer com saúde, educação, lazer e outros direitos.

De última hora, o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), acolheu emenda sugerida por Regina Sousa (PT-PI) para que



Para Cristovam, ao lado de Simone Tebet, projeto vai favorecer crianças que sofrem com dificuldades materiais e sociais

o texto se referisse formalmente ao “amadrinhamento”, ao lado do apadrinhamento legal. Cristovam admitiu que houve um “desvio machista” e se prontificou a corrigir.

## Anotações legais

O registro do apadrinhamento ou amadrinhamento deve ser formalizado por escritura pública, depois de ouvido o Ministério Público. Também haverá correspondente inscrição nas anotações cartoriais do registro de nascimento e de casamento do padrinho, madrinha e ainda do apadrinhado.

Para Cristovam, o projeto é favorável às crianças e aos jovens que sofrem dificuldades

materiais e sociais extremadas.

— Motiva a solidariedade e a caridade de pessoas que possam ser mobilizadas a apoiar essas crianças, sem burocracia.

Se optar pelo apadrinhamento ou amadrinhamento total, as necessidades de subsistência do beneficiário deverão ser bancadas integralmente pelo padrinho. Ele poderá assumir o sustento de até duas crianças ou adolescentes, salvo se eles tiverem irmãos, o que amplia a responsabilidade financeira.

Quem for apadrinhado nessa hipótese se tornará dependente do padrinho, mas não para fins previdenciários e fiscais e sem romper o vínculo de dependência mantido com o

responsável legal.

No caso do compromisso parcial, o padrinho terá a obrigação de repassar contribuições mensais em dinheiro, bens ou serviços. Além de não haver limite quanto ao número de beneficiários, essa modalidade não impõe a condição de dependência de um em relação ao outro. O novo mecanismo não poderá beneficiar crianças e adolescentes que já estejam sendo acolhidas por famílias ou entidades, afastados da família de origem.

A proposta seguirá agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão final.

## Ana Amélia pede verba para creches

Ana Amélia (PP-RS) comunicou que representantes da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs)



reivindicam ao Ministério da Educação a liberação de R\$ 172 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para que 110 municípios do estado possam ir adiante na construção de creches.

Se o valor não for liberado, a senadora advertiu que fica ameaçado o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

— Então eu faço aqui um apelo ao Ministério da Educação, ao FNDE, aos gestores do FNDE, para liberação desses recursos. São creches, são as nossas crianças. Se não houver a construção das creches, muitas crianças vão ficar em casa ou perambulando quando os pais não têm condições, na mão de uma ou outra cuidadora. Esse é um problema que é bola de neve — disse.

Ana Amélia disse que os representantes da Famurs também reivindicam ao Ministério das Cidades a liberação de recursos para pavimentação, calçamento e sinalização de 167 municípios gaúchos.

## Livro analisa Plano Nacional de Educação

A Câmara dos Deputados e o Senado lançaram ontem a publicação *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas*. A obra reúne nove artigos de consultores que participaram do assessoramento técnico para a aprovação do PNE 2014-2024, sancionado em junho do ano passado.

O livro pode ser encontrado na internet e nas bibliotecas da Câmara e do Senado. Entre os conteúdos abordados, está o texto do PNE (Lei 13.005/2014), que contém as 20 metas para o período.

De acordo com os autores do livro, para que os propósitos do PNE se tornem realidade é preciso integrar os planos de educação dos estados e dos municípios.

Segundo a consultora legislativa do Senado Tatiana Feitosa de Britto, a publicação tem como público preferencial os procuradores, jornalistas e pessoas interessadas na área.

— Trata-se de uma visão técnica do processo de construção do plano.

A consultora legislativa da Câmara Ana Valeska Amaral afirmou que, além de contribuir para o debate sobre a educação, o livro documenta a experiência dos profissionais durante a elaboração do PNE.

— É um projeto coletivo que reúne as capacidades dos consultores e traz o olhar mais técnico sobre algumas metas — explicou Ana Valeska, acrescentando que a obra levou três anos para ser elaborada.

## Parceria

No lançamento, ocorrido no Salão Nobre da Câmara, o consultor-geral legislativo do Senado, Paulo Mohn, reforçou os desafios futuros e abordou aspectos referentes ao funcionamento das consultorias das duas Casas. De acordo com ele, a parceria desenvolvida desde a tramitação do PNE pelas duas consultorias foi concretizada com o livro. A obra foi concebida após o plano se tornar lei.

— Um ponto que merece destaque é o engajamento dos

colegas da área de educação. Como eles são comprometidos para a realização do melhor para a área e pela implementação do plano — disse.

A opinião do consultor é compartilhada pelo presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG).

— Esta obra merece ser lida por todos que se interessam pela educação — disse.

O Plano Nacional de Educação é uma lei ordinária que tem validade de dez anos e está prevista na Constituição. A partir do momento em que o PNE começa a valer, todos os planos estaduais e municipais para o setor devem ser criados ou adaptados de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas por ele.

Entre os desafios da lei, estão a valorização do magistério e o investimento na formação de professores.

Leia a publicação dos consultores: <http://bit.ly/livroPNE>

## Renan garante canal de diálogo a ministro Renato Janine Ribeiro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. Durante a reunião, o ministro apresentou um panorama do ensino público e destacou as principais ações do governo, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Segundo Janine, uma das metas do governo é alcançar um quadro de 18 milhões de trabalhadores qualificados. O ministro também comentou as alterações no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), voltado à educação superior em instituições particulares. Em março, a nota mínima no Enem exigida para a concessão dos empréstimos aumentou para 450 pontos.

A previsão do ministro é de que o governo consiga expandir os contratos de financiamento do Fies, com atendimento de mais de 260 mil alunos.

Renan Calheiros colocou-se

à disposição para as demandas do ministério. Ele destacou os avanços na área da educação em Alagoas e lembrou que o estado tem em funcionamento uma escola tida como referência para todo o Brasil, o Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas (Cepa), modelo inspirado no educador Anísio Teixeira que concentra várias atividades educacionais.

Renan também alertou para a importância do programa de interiorização das universidades. Ele lembrou a instalação do campus da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) no município de Porto Calvo como um avanço no acesso ao ensino superior.

Ao encerrar a audiência, Renan disse ao ministro que o Senado terá um canal permanente de diálogo com o ministério.

— O desafio de melhorar a educação é de todos nós — enfatizou.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)



# Lei de incentivo ao esporte virá ao Congresso

Em audiência pública, ministro George Hilton anuncia proposta para criar o Sistema Nacional do Esporte, com esforço conjunto dos governos e da iniciativa privada

O GOVERNO DEVE enviar ao Congresso até o segundo semestre proposta que cria o Sistema Nacional do Esporte, para que a União, os estados, os municípios e também a iniciativa privada assumam responsabilidades na área, semelhante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A informação foi anunciada pelo ministro do Esporte, George Hilton, ontem, a pouco mais de um ano dos Jogos Olímpicos, em agosto de 2016. O ministro participou de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

— O Sistema Nacional do Esporte funcionará como marco regulatório do esporte no Brasil — disse.

Hilton afirmou que transformar o Brasil em uma potência olímpica e massificar a prática de esportes são duas das prioridades do ministério. Para ele, a importância de um país organizar megaeventos como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo está no fortalecimento de uma rede de treinamentos e no estímulo à prática de esporte.

O secretário-executivo do ministério do Esporte, Ricardo Leyser, que também participou da audiência, listou os principais legados dos jogos: centros de iniciação ao esporte, obras olímpicas, rede nacional de treinamento e o Plano Brasil Medalhas.

A meta para o Brasil nos Jogos Rio 2016 é ficar entre os



Hilton fala na audiência pública entre os senadores Fátima Bezerra e Romário, que preside a Comissão de Educação

dez primeiros colocados no ranking de medalhas e entre os cinco no evento paralímpico. O governo quer concluir a construção de centros olímpicos de treinamento na Barra da Tijuca e em Deodoro, ambos no Rio de Janeiro, além de trabalhar na criação de outros centros nacionais, regionais e locais para garantir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de atletas.

O ministério, de acordo com o titular da pasta, não está preocupado apenas com o esporte de alto rendimento. O governo pretende estimular a prática de esportes em todos os municípios. Para isso, o ministério está investindo em outros programas, como o Atleta na Escola e o Vilas dos Esportes, projeto que pretende fortalecer os esportes de base.

— A ideia é que todas as cidades tenham ao menos um módulo composto de quadra coberta, campo de futebol society e uma academia ao ar livre — explicou o ministro.

## Cortes no Orçamento

Os senadores manifestaram preocupação com o contingenciamento do Orçamento de 2015. Notícias veiculadas pela imprensa apontam que os cortes podem chegar a R\$ 70 bilhões. A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), e o senador Hélio José (PSD-DF) revelaram temor de prejuízo aos projetos da pasta.

— Se faltarem recursos, uma das áreas sempre sacrificadas é a do esporte, juntamente com ciência, tecnologia e educação

— apontou Rose de Freitas.

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), e os senadores Eduardo Amorim (PSC-SE) e Dário Berger (PMDB-SC) também disseram temer a descontinuidade de projetos do ministério.

— Acho que é no município que temos que investir a maior parte dos recursos e esforços — defendeu Dário.

O ministro disse que a parceria com o setor privado e os clubes é um dos caminhos para garantir a continuidade dos projetos. Defendeu a aprovação de lei definitiva de incentivo ao esporte. A atual vale até este ano e precisa ser renovada.

— Parte dos recursos do Orçamento ficará para a lei de incentivo. E outras fontes irão fomentar o alto rendimento — disse.

## Ministro defende renegociação de dívida dos clubes

O ministro George Hilton disse também na CE que a Medida Provisória 671/2015, que trata da renegociação das dívidas dos clubes com a União, inaugura um novo momento para o futebol em função das contrapartidas exigidas das agremiações.

Ele fez a análise depois que Roberto Rocha (PSB-MA) questionou o fato de o governo propor um novo refinanciamento das dívidas dos clubes em um momento de ajuste fiscal.

A MP do Futebol, como a medida é conhecida, determina que, para aderir ao refinanciamento, os clubes precisam, entre outras ações, modernizar a gestão e pagar salários em dia aos jogadores.

Em resposta a Fátima Bezerra (PT-RN), que lembrou a insatisfação de alguns clubes com parte do texto, Hilton disse que as exigências de investimento na base e no futebol feminino são inegociáveis.

O senador Romário considerou satisfatória a apresentação:

— O ministro já está sentando na janela — brincou.

## Análise prévia da medida sobre responsabilidade fiscal no futebol é adiada

A instalação de três comissões mistas para análise de medidas provisórias (MPs) que se reuniram pela primeira vez ontem foi adiada para data ainda não definida.

Com isso, as MPs da responsabilidade fiscal no fu-

tebol (671/2015), da política de valorização do salário mínimo (672/2015) e do emplacamento de máquinas agrícolas (673/2015) seguem sem relatórios definidos.

As reuniões inaugurais serviriam também para ele-

ger os presidentes e os vice-presidentes dos colegiados. As comissões mistas são encarregadas de fazer uma análise prévia das medidas provisórias antes que elas sejam apreciadas pelos Plenários da Câmara dos

Deputados e do Senado.

A MP 671 institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

A MP 672 estabelece a política de valorização do salário

mínimo para o período entre 2016 e 2019.

Por fim, a MP 673 retira a obrigação de emplacamento, licenciamento e pagamento do IPVA para máquinas agrícolas, tratores e veículos de arrasto.

## Comissão da Verdade terá continuidade

Foi instalada ontem a Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O colegiado será presidido por João Capiberibe (PSB-AP) e terá como vice-presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Capiberibe disse que a subcomissão será continuação da Comissão Parlamentar da Verdade, Memória e Justiça da Câmara, que acompanhou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade na apuração dos crimes no regime militar. Ele afirmou que o relatório final da Comissão da Verdade tem uma



Subcomissão vai estudar sugestões e dados do relatório final, diz Capiberibe

série de sugestões de projetos e outras informações e um dos trabalhos da subcomissão será fazer esses estudos e desdobramentos.

— Para que possamos desenvolvê-los, é fundamental que a

gente continue acompanhando o que aconteceu — disse.

Os parlamentares já aprovaram audiência para acompanhar a implantação das recomendações do relatório da Comissão da Verdade.

## João Alberto lembra 95 anos de Bacabal

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) registrou ontem, em Plenário, a comemoração dos 95 anos de emancipação do município de Bacabal, cidade dele, situada na região central do Maranhão.

O parlamentar chamou a atenção para o progresso do município, que atribuiu ao trabalho árduo da população, e destacou a importância da cidade como centro da pecuária do estado e polo universitário.

Segundo o senador, Bacabal conta com importante infraestrutura, notadamen-

te no setor de saúde, que atende os mais de 100 mil habitantes do município e também moradores das cidades vizinhas.

— Quero parabenizar todos os bacabalenses por terem edificado uma cidade cada vez mais alegre, segura e próspera. Parabenizo também todos os vereadores e o prefeito, por estarem incansavelmente na luta pelo desenvolvimento de Bacabal, de sua história, de sua cultura.

João Alberto também disse que se orgulha de ter sido prefeito da cidade.



Ministro do Planejamento diz que governo projetou cenário mais próximo do que prevê mercado, com aumento real do PIB de 1,3%, inflação de 5,6% e mínimo de R\$ 854

# Congresso recebe projeto da LDO para 2016

COM PREVISÃO DE crescimento real para a economia de 1,3%, salário mínimo de R\$ 854 e inflação de 5,6%, chegou ontem ao Congresso, no último dia do prazo constitucional, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu a proposta entregue pessoalmente pelo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. O projeto, que estabelece as regras para a montagem do Orçamento da União, deve ser votado até 17 de julho para que o Congresso possa iniciar o recesso parlamentar.

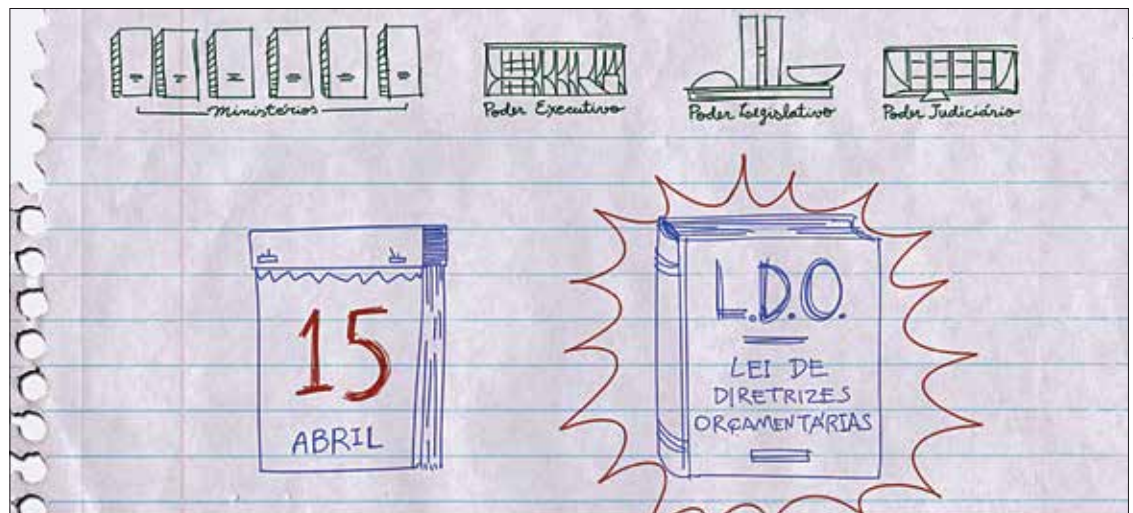
O cenário macroeconômico

co projetado pelo governo estima que a taxa básica de juros (Selic) caia para 11,50%, contra 13,25% deste ano, e o dólar feche 2016 em R\$ 3,30, subindo dos R\$ 3,21 previstos para dezembro de 2015. A economia que o país deve fazer para mostrar capacidade de pagar os juros da dívida pública (superávit primário) foi estimada em R\$ 126,73 bilhões, o que equivale a 2% do produto interno bruto (PIB). Para alcançar essa cifra, o governo federal terá de economizar R\$ 104,55 bilhões (1,65% do PIB). A estimativa é que o indicador da soma de riquezas do país (PIB) atinja R\$ 6,336 bilhões em 2016.

## Cenário macroeconômico

	2015	2016	2017	2018
PIB (crescimento real % a.a.)	-0,9	1,3	1,9	2,4
Inflação (IPCA acumulado %)	8,2	5,6	4,5	4,5
Salário mínimo (em R\$)	788	854	900,10	961

Fonte: Ministério da Fazenda



Trecho de vídeo do Orçamento Fácil, produzido pela Agência Senado, que explica o que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias

## Para líderes, clima político será crucial

Lideranças do governo e da oposição afirmaram ontem que o ambiente político será crucial para que as metas previstas pelo governo sejam alcançadas e a economia entre em ritmo de recuperação a partir do ano que vem.

— Nunca houve situação extremamente difícil na economia. Nossos problemas continuam na política. Se acertarmos na política, a possibilidade de acertarmos na economia é muito grande — avalia Humberto Costa (PE), líder do PT. Ele considera as metas previstas na LDO “bem realistas” e “fiéis aos compro-

missos” assumidos pela equipe econômica do governo.

A opinião é corroborada pelo vice-líder do partido, Paulo Rocha (PA). Ele admite que 2015 será difícil, mas entende que servirá para que o governo crie as condições para a retomada do crescimento.

— O governo tem que ter a capacidade de fazer com que venham outros ventos no segundo semestre. Temos argumentos, âncoras montadas para dar sustentabilidade a eles — afirmou.

Já o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), questionou as perspectivas econômicas

previstas no texto. Para ele, os indicadores devem ser vistos “com desconfiança” porque falta ao governo credibilidade para garanti-los.

— Dificilmente essas metas serão atingidas, até porque o que está previsto para 2015 já não será alcançado. Teremos inflação acima do teto e estamos com atividade econômica em recessão — alertou.

Para ele, a própria atuação do governo impõe dificuldades à estabilização econômica por criar um clima político adverso, agravado, segundo ele, por denúncias de corrupção apuradas pela Polícia Federal.

## Governo quer reduzir gasto com pessoal

A folha de pagamento do funcionalismo dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública terá a mesma taxa de crescimento. A novidade consta do projeto da LDO para 2016. Segundo o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o Executivo vai definir, em negociação com as categorias dos servidores públicos, o reajuste salarial para o próximo ano, que levará em conta a capacidade financeira da União.

O valor será distribuído proporcionalmente entre os Poderes, com base na participação de cada um na despesa com pessoal prevista no Orçamento. O montante será incluído no Anexo 5 da proposta orçamentária, que traz as autorizações para

aumento salarial e contratação de servidores.

Barbosa disse que haverá liberdade para cada Poder definir como o valor será usado. Ou seja, quanto utilizará para reajustar salário e para contratar novos servidores, ou se uma categoria será mais beneficiada que outra. Os projetos de lei de reajuste deverão iniciar a tramitação no Congresso, no máximo, até 21 de agosto deste ano.

— É parte do esforço fiscal reduzir gradualmente o gasto do governo com folha de pagamento — disse.

Em 2015, os gastos com pessoal devem somar o equivalente a 4,1% do PIB. Este ano será o último do reajuste anual de 5% concedido pelo governo a quase todas as categorias de

servidores, iniciado em 2013.

A proposta do Executivo volta a autorizar que os investimentos em andamento sejam executados mesmo sem Orçamento aprovado. O projeto da LDO prevê reajuste de 8,37% para o salário mínimo, que sobe dos atuais R\$ 788 para R\$ 854. No entanto, o número final pode ser diferente, pois o reajuste do mínimo segue norma própria. O governo enviou ao Congresso a Medida Provisória 672/2015, disciplinando o cálculo do mínimo entre 2016 e 2019, com base na variação do INPC no ano anterior mais o percentual de crescimento real do PIB de dois anos anteriores. A MP ainda será votada.

Vídeo explica o que é a LDO: [www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)

## Proposta aumenta relatorias do Orçamento

Embora o relator do projeto da LDO não tenha sido definido por falta de acordo na Câmara, o PMDB já garantiu a escolha da relatoria do Orçamento, que chega em agosto. O relator será o deputado Ricardo Barros (PP-PR), que teve o nome aprovado ontem em reunião dos líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-

ES), apresentou proposta que pode duplicar o número de relatores setoriais da proposta orçamentária. As dez relatorias setoriais seriam desdobradas em pelo menos 22. Ao desmembrá-las, segundo Rose, haveria um ganho no debate.

A divisão, afirmou, obrigaria a CMO a se debruçar sobre o orçamento de cada ministério.

— A sociedade está exigindo mais transparência — disse.

A mudança precisa ser apro-

vada pelo Congresso. Para isso, a senadora terá que costurar amplo acordo político. Rose deu uma semana para os líderes na CMO discutirem a ideia com os partidos. Alguns pontos da proposta devem ser esclarecidos, como qual o número de deputados e de senadores que ocupariam as relatorias setoriais, como será a divisão das vagas, se por bloco ou partido, e a ordem de escolha de cada relatoria.

## Plenário aprova nomes de dois diretores para o Banco Central

Os senadores aprovaram ontem a indicação de Otávio Ribeiro Damaso e de Tony Volpon para a diretoria do Banco Central (BC).

Tony Volpon é economista e, desde 2009, é diretor-executivo, na função de chefe de Pesquisas para Mercados

Emergentes das Américas, no Nomura Securities International, em Nova York.

Também economista, Otávio Damaso é funcionário de carreira do Banco Central há 17 anos e, desde 2011, exerce o cargo de chefe de gabinete do presidente do BC.

## Flexa Ribeiro diz que governo adota discurso “mentiroso e irresponsável”

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse em pronunciamento na terça-feira que a presidente Dilma Rousseff adotou um discurso “mentiroso e irresponsável” para justificar o que ele chamou de fraudes nas contas públicas de 2013 e 2014.

Flexa afirmou que o governo Dilma fez uma artimanha pouco ortodoxa, ao permitir operação de crédito entre instituições financeiras públicas. Segundo ele, a manobra consistia em atrasar o pagamento de benefícios sociais para simular equilíbrio nas contas.

## José Serra defende implantação do voto distrital nas grandes cidades

José Serra (PSDB-SP) considerou importante para a reforma política a implantação do voto distrital nas eleições para vereadores em cidades com mais de 200 mil eleitores. Ao defender ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a votação do PLS 25/2015, de autoria dele, o senador disse que a inovação aumenta a representatividade



Marciano Mattar/Agência Senado

dos eleitos. De acordo com o texto, a cidade com mais de 200 mil habitantes seria dividida em distritos e cada um deles elegeria um vereador por maioria simples.

Na avaliação de Serra, o voto distrital criaria proximidade maior entre representantes e representados.

O texto poderá ser votado na próxima reunião da CCJ.



# Relator facilita seguro-desemprego no campo

Senador Paulo Rocha sugeriu ontem a redução do prazo mínimo de tempo de serviço para 3 meses ao longo de 16 meses no caso de trabalhador rural contratado por safra

O RELATOR DA Medida Provisória 665/2014, Paulo Rocha (PT-PA), propôs ontem que o trabalhador rural possa requerer o seguro-desemprego se tiver trabalhado por um mínimo de 3 meses ao longo de 16 meses.

Para ter o direito, o trabalhador rural não poderá receber ao mesmo tempo benefício previdenciário, como o auxílio-doença, e não poderá ter renda suficiente para sua manutenção.

— Os rurais têm trabalho temporário com a safra. Se o acesso ao seguro-desemprego depender de um ano de trabalho, dificulta para esse setor — disse o relator.

Paulo Rocha afirmou que outras categorias, como trabalhadores da construção civil focados no acabamento, não deveriam ter uma regra específica.

— Especialistas como ‘azuleiros’ têm oportunidades de trabalho ao longo do ano, não sofrem com o período de safra — afirmou o senador.

Como regra geral para os demais trabalhadores, Paulo Rocha propôs antontem uma carência de 12 meses de trabalho (não consecutivos) nos 18 meses anteriores à data da dispensa.

O texto original da Medida Provisória 665/2014 prevê que o trabalhador dispensado sem justa causa só poderia requisitar o seguro-desemprego pela primeira vez após 18 meses de trabalho ininterrupto nos 24 meses anteriores à demissão.

## Comissões

Paulo Rocha também sugeriu a criação de duas comissões formadas por representantes do governo, de trabalhadores e empresários para tratar sobre a rotatividade de trabalhadores e o fator previdenciário.

— Que o governo crie comissão tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores para discutir uma política sobre a rotatividade, corrija isso; 63% dos desliga-



Deputado Zé Geraldo, presidente, e senador Paulo Rocha, relator da MP 665: comissão analisa relatório na quarta-feira

mentos durante o ano vêm de apenas 6% dos setores — disse.

O presidente do colegiado, deputado Zé Geraldo (PT-PA), disse que o texto só deverá ser votado em reunião já agendada para a próxima quarta-feira, quando Paulo Rocha apresentará novo relatório com as modificações apresentadas ontem, inclusive regra específica para o trabalhador rural desempregado.

O deputado Glauber Bra-

ga (PSB-RJ) afirmou que o partido poderá fazer menos obstrução à medida caso o governo aceite regulamentar o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição, mas sem lei específica até hoje.

— Gostaria muito de algum indicativo por parte do Ministério da Fazenda do encaminhamento da regulamentação do imposto sobre grandes fortunas. Se a gente tiver um retorno, vamos rever

a obstrução, caso contrário vamos implementar todas as medidas possíveis [para obstruir a pauta] — disse.

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) disse que seu partido deve levar a discussão à “exaustão”. Segundo ele, a falta de um “ponto de equilíbrio” no texto indica uma política errante do governo.

Como a reunião do colegiado foi suspensa, os membros da comissão ainda podem apresentar destaques ao texto.

## Pimentel explica mudanças na MP que altera regra de benefício

José Pimentel (PT-CE) detalhou as modificações apresentadas no relatório da comissão mista que analisa a Medida Provisória 665/2014, à proposta editada pelo governo no final do ano passado. A principal foi a redução dos prazos de carência que os trabalhadores têm que cumprir para ter acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

A comissão mista sugere aplicar a mesma regra do décimo terceiro salário ao abono salarial, ou seja, para cada mês trabalhado ou fração superior a 15 dias, o trabalhador recebe 1/12 avos. O governo estabeleceu o mínimo de 12 meses para a concessão do benefício.

Pimentel ressaltou que não há acordo sobre o período de carência com as centrais sindicais, entidades representativas dos trabalhadores e o governo. A MP 665 prevê 180 dias ininterruptos.



Moreira/Mozart/Agência Senado

## Profissão de quiropraxista será tema de audiência pública

Duas propostas que não têm unanimidade entre os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) passarão por audiências públicas de instrução, aprovadas ontem: o PLS 599/2011, que regula a profissão de quiropraxista, e o PLS 9/2014, que possibilita a isenção da contribuição previdenciária sobre parcela do salário referente ao pagamento de previdência complementar.

A primeira tem como relator Paulo Paim (PT-RS), que sugeriu reunião com representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação; dos Conselhos Federais de Fisioterapia e Medicina; da Associação Brasileira de Quiropraxia e da Universidade Feevale. Já o debate sobre o PLS 9/2014 foi proposto por Paim e Ângela Portela (PT-RR), que querem ouvir o Conselho Nacional de Previdência Complementar, o Tribunal Superior do Trabalho, o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, entre outros.

## Ajuste fiscal é necessário para evitar crise, afirma Acir Gurgacz

Após ressaltar que ajustes fiscais são comuns mesmo em economias acostumadas a planejamento de longo prazo, como a Alemanha, Acir Gurgacz (PDT-RO) advertiu ontem que o ajuste a ser votado pelo Congresso é necessário para evitar uma crise no país.

O senador manifestou esperança em que diferenças partidárias não venham a impedir a aprovação das medidas de que o Brasil necessita para equilibrar as contas. Inclusive, lembrou que o país fez vários ajustes na implantação do Plano Real, nos anos 90, que ajudaram a garantir a estabilidade e os avanços sociais e econômicos dos últimos 20 anos.

A diferença, agora, segundo Gurgacz, é que o país já quase não tem “gordura para queimar” e não dá para ajustar as contas mediante aumento das contribuições sociais, com o aumento da carga tributária e sua concentração nas mãos da União.



Waldemir/Bonetto/Agência Senado

## Paim critica proposta que amplia possibilidade de terceirização

Paulo Paim (PT-RS) voltou a criticar o projeto que amplia as possibilidades de terceirização, em análise na Câmara. Segundo o senador, se aprovado como está, o PL 4.330/2004 será um retrocesso para os trabalhadores:

— A aprovação desse projeto da forma como está é a revogação da Lei Áurea. Eu sou favorável à regulamentação, mas tem que ter limites.

O texto aprovado pela Câmara amplia a terceirização para as vagas relacionadas à atividade-fim das empresas. Hoje, só é permitida a terceirização em atividades-meio, como limpeza e segurança.

Paim destacou o resultado de audiência realizada na segunda-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Segundo o senador, quase todos os espectadores que enviaram comentários à audiência interativa se manifestaram contra o projeto. Para ele, isso mostra a opinião da sociedade sobre o tema.



Waldemir/Bonetto/Agência Senado

## Fátima adverte que direitos trabalhistas podem entrar em risco

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que está bastante preocupada com a possível aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização e as consequências que ela pode ter.

Para a senadora, o projeto faz com que as relações trabalhistas fiquem bastante precárias. Na avaliação dela, um dos principais problemas do projeto é liberar a contratação de empregados terceirizados para as atividades-fim das empresas. Além disso, a parlamentar acredita que a proposta diminui a responsabilidade trabalhista do contratante do serviço e fragiliza a representação das entidades sindicais.

— A proposta, como ela está, não pode ser convalidada pelo Senado, de maneira nenhuma. Tal como está, significa um retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores — alertou, lembrando que a bancada do PT na Câmara dos Deputados foi contra o projeto e que esta posição vai se repetir no Senado.

## Telmário Mota diz que projeto de lei pode causar convulsão social

Ao criticar o projeto de lei que amplia a possibilidade de terceirização, Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que, em vez de mexer em direitos conquistados a duras penas, o Congresso deveria discutir o que cobram as ruas: a questão moral e ética, as reformas política e tributária e a revisão do pacto federativo.

Para o senador, como está, a proposta vai acabar com a ideia de carreira, com as férias e com o direito de greve, porque os empregados serão substituídos se houver paralisação. O texto também não protege o trabalhador contra os acidentes de trabalho, favorece a baixa qualificação e acaba com a isonomia salarial entre terceirizados e empregados efetivos, segundo o parlamentar.

— É impossível a gente cometer tamanha regressão, afetar tantos direitos. Por isso, esta Casa tem que estar muito atenta a esse projeto, porque ele pode criar talvez até uma convulsão social — disse.



Waldemir/Bonetto/Agência Senado



O presidente do Senado deu a informação ontem depois de confirmada a indicação do jurista Luiz Edson Fachin para a vaga aberta no STF pela aposentadoria de Joaquim Barbosa

## Renan anuncia sabatina de Fachin para o dia 29

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que a indicação do jurista Luiz Edson Fachin para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), feita pela presidente Dilma Rousseff, será lida em Plenário na próxima quarta-feira. A sabatina com o indicado está marcada para a quarta-feira seguinte, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Renan comentou a visita que recebeu de Fachin, no gabinete da Presidência do Senado, na semana passada:

— A impressão que tive dele foi a melhor possível. E certamente a presidente da República tem garantias sobre o perfil do indicado, senão não teria enviado o nome. Num processo de indicação de ministro, o presidente do Senado é apenas mais um senador. Ele [Fachin] será aprovado ou não pela consciência dos senadores — disse.

Para ocupar o cargo, o candidato deve ter mais de 35 e menos de 65 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. Escolhido pelo presidente da República, ele é sabatinado no Senado e deve ter o nome aprovado por maioria absoluta dos 81 senadores. Fachin foi indicado para a vaga aberta por Joaquim Barbosa.

Questionado sobre se o fato de Fachin ter apoiado Dilma nas eleições de 2010 comprometeria a atuação no STF, Renan disse que o próprio indicado terá a chance de se manifestar sobre o assunto na sabatina.



Renan confirmou que a escolha lhe foi comunicada por Dilma e que ele se encontrou na semana passada com Fachin, de quem teve uma boa impressão

### Lasier sugere novas regras para escolha de ministro

Lasier Martins (PDT-RS) criticou ontem, em pronunciamento, a indicação de Luiz Fachin ao STF. O senador mencionou vídeo divulgado no qual o advogado manifesta apoio a Dilma Rousseff na eleição de 2010.

— Pode ser um excelente acadêmico, como é assim recomendado. Mas parece que, uma vez tornado ministro do Supremo Tribunal Federal, terá uma eterna nuvem de dúvida a respeito de suas decisões — disse.



Waldemir Borges/Agência Senado

Lasier defendeu proposta dele para mudar, na Constituição, artigo referente à indicação de ministro do STF. Pela PEC, após a vacância do cargo, um colegiado formado pelo procurador-geral da

República, pelos presidentes do STF, STJ, TST, STM, TCU e OAB deverá elaborar, em um mês, lista com três nomes e encaminhá-la ao presidente da República, que também terá um mês para indicar um deles ao Senado.

### Senado aprova nome para o Superior Tribunal Militar

O Senado aprovou ontem o brigadeiro Francisco Joseli Camelo para compor o Superior Tribunal Militar (STM). A indicação já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Camelo é tenente brigadeiro do ar da Força Aérea Brasileira (FAB), com mais de 40 anos de carreira. Comandou esquadrões e bases aéreas e também trabalhou na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, entre outros cargos.

### Avança dedução no imposto para empresas que doarem a abrigos

As doações feitas por empresas a entidades sem fins lucrativos que prestem atendimento institucional a menores poderão ser deduzidas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). É o que prevê projeto de Aécio Neves (PSDB-MG) também aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O senador justifica que, em 2013, cerca de 80 mil crianças e adolescentes viviam em abrigos em todo o país, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A proposta (PLS 754/2011) altera a legislação do IRPJ (Lei 9.249/1995) para permitir a dedução de doações até o limite de 2% do lucro operacional da empresa. Até esse teto, os repasses poderão ser deduzidos da apuração do lucro real no IR e ainda da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A ideia é estimular o investimento nos abrigos que atendem crianças e adolescentes que tiveram direitos ameaçados ou violados — pela família, pela sociedade ou pelo Estado — e se encontram sob medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O relatório na CDH, favorável à aprovação, foi apresentado pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que atuou como substituto de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão final.

### Ação civil poderá ser usada em defesa do menor

As entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes poderão figurar entre os agentes legitimados para propor ação civil pública, ou seja, agentes que poderão recorrer à Justiça legalmente. É o que propõe o Projeto de Lei do Senado (PLS) 753/2011, dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Lindbergh Farias (PT-RJ), aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem.

A ação civil pública serve para reprimir ou prevenir danos ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio público, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico, por infração da ordem econômica e da economia popular, ou à ordem urbanística. Pode resultar em condenação em dinheiro, cumprimento de obrigações ou interrupção de atos. A maior vantagem é que muitas vezes pode-se atender milhares de pessoas lesadas sem que cada uma precise acionar a Justiça.

Hoje, a Lei da Ação Civil (Lei 7.347/1985) permite a proposição de ação civil pública pelo Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os estados e os municípios, entre outros legitimados, assim como suas empresas, autarquias e fundações.

O relatório, favorável ao projeto, que havia sido elaborado pelo senador Magno Malta (PR-ES), foi apresentado na reunião pela senadora Regina Sousa (PT-PI). Segundo a análise, a mudança pretendida vai fortalecer os campos de atuação das entidades e contribuir para ampliar as ferramentas de controle social das políticas destinadas ao amparo dos pequenos brasileiros e brasileiras.

Agora o projeto seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde vai receber decisão final. Se aprovado, será encaminhado diretamente para exame da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a decisão final no Senado seja em Plenário.

### Comissão terá mais tempo para analisar candidato ao STJ

O vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), José Pimentel (PT-CE), concedeu ontem vista coletiva ao relatório que trata da indicação do desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com isso, os parlamentares ganham mais uma semana para analisar a indicação.

O relator, Edison Lobão (PMDB-MA), detalhou a vida profissional do magistrado. Formado pela Universidade Federal do Maranhão, Reynaldo é especialista em semiologia política pela Universidade Federal do Maranhão, especialista em direito penal pela Universidade de Brasília e mestre em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, é desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília. O relator informou ainda que o indicado declarou não ser réu em nenhuma ação judicial e ser coautor de dois processos.

Pela Constituição, os integrantes do STJ são nomeados pelo presidente da República dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos. A escolha deve ser aprovada por maioria absoluta no Senado, por voto secreto, após arguição pública. Magistrados dos tribunais regionais federais compõem um terço do STJ. O presidente da CCJ pretende pôr o texto em votação na próxima quarta-feira. Se passar pela comissão, o parecer vai a Plenário.



Aécio e Lindbergh propõem que entidades de apoio ao menor defendam seus interesses legalmente



# Sudam tem R\$ 1,3 bilhão para investimentos

Incentivos fiscais e velocidade na análise de projetos também fazem parte da estratégia do órgão para garantir à Amazônia Legal melhores condições de atrair empresas

O SUPERINTENDENTE DA Sudam, Djalma Bezerra, informou ontem que o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) tem créditos de R\$ 1,3 bilhão para investimentos em projetos privados.

— Respondemos sobre a viabilidade de qualquer proposta em 30 dias, um recorde na administração pública brasileira — garantiu Bezerra, em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Ele disse que é objetivo da Sudam tornar a Amazônia Legal um foco de investimentos para empresários de outras regiões, com redução de impostos da ordem de 75%.

Segundo Bezerra, desde a recriação da Sudam, em 2007, as políticas de isenção fiscal atingiram um montante próximo a R\$ 16 bilhões, para mais de 1,7 mil projetos.

O superintendente lembrou que a atração de projetos privados também passa pela melhoria da infraestrutura. Nesse sentido, ele ressaltou



Senador João Alberto (C) coordena debate com Barreto (E), do Ministério da Integração Nacional, e Bezerra, da Sudam

que desde 2007 cerca de 80% dos recursos do FDA foram destinados para esse objetivo.

— Com R\$ 4 bilhões do FDA, conseguimos alavancar R\$ 17 bilhões de outras fontes. Sem infraestrutura não existe um verdadeiro desenvolvimento.

Bezerra explicou que outro grande desafio da gestão dele é aumentar o comércio entre os nove estados que fazem parte da Amazônia Legal: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

— O empresário da região ainda não conhece o que é feito nos outros estados. Isto precisa mudar, é o melhor caminho para aumentar o PIB, gerando renda e emprego.

Outras iniciativas destacadas na área de atuação da Sudam foram o lançamento do Plano Industrial da Amazônia, o incentivo ao agronegócio e à produção de etanol e políticas públicas voltadas à inclusão social com foco nas mulheres e na pequena agricultura.

Durante o debate, Paulo Rocha (PT-PA) reclamou que as

Regiões Norte e Centro-Oeste são percebidas pelos órgãos planejadores do país como voltadas especialmente para as exportações.

Para reverter essa lógica, o senador disse que 30% dos recursos dos fundos de desenvolvimento deveriam ser destinados para pequenos produtores.

José Medeiros (PPS-MT) lamentou o atraso que percebe na infraestrutura de Mato Grosso, principalmente na área de transporte.

Randolfe Rodrigues (PSOL-

AP) defendeu novos projetos de urbanização voltados para as capitais dos ex-territórios (Rio Branco, Boa Vista, Macapá e Porto Velho).

Donizeti Nogueira (PT-TO) avaliou que o Congresso tem o desafio de destinar mais verbas para a Sudam. O senador também pediu que o órgão tenha uma política de atração de investimentos chineses.

Wellington Fagundes (PR-MT) fez um questionamento sobre projetos liquidados da antiga Sudam, vários deles até hoje paralisados.

O secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, José Wanderley Barreto, disse que os projetos podem ser retomados, desde que sejam apresentadas propostas viáveis.

Barreto informou que os três fundos de desenvolvimento, voltados para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm R\$ 121 bilhões para investimentos nos próximos 4 anos.

## Quatro ministros serão convidados para audiências

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promoverá audiências para discutir as prioridades de quatro ministérios: dos Transportes, das Comunicações, da Aviação Civil e dos Portos. O debate com o titular da primeira pasta será no dia 29, conforme informou o presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). As demais audiências ainda serão agendadas.

O ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, deve apresentar balanço dos dois anos do Programa de Investimentos em Logística. Autor do requerimento para o debate, Wellington Fagundes (PR-MT) aponta o interesse nas ações para ampliar a concessão de rodovias e ferrovias.

Já o Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, deverá prestar informações sobre o Programa Banda Larga para Todos, conforme requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

No convite ao ministro da Secretaria Nacional de Portos, Edinho Araújo, os senadores destacaram interesse em discutir o novo modelo de concessão de portos para uso privado, previsto na Lei 12.815/2013.

Ainda devem comparecer à comissão o ministro da Secretaria da Aviação Civil, Eliseu Padilha, e representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Empresa de Pesquisa Energética, entre outros órgãos do setor.

## Aprovada regra para cancelamento de bilhete aéreo

O valor da taxa que é cobrada pelas empresas aéreas por cancelamento de voo solicitado pelos usuários teve o limite de 5% ou 10% da tarifa paga aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

Pelo texto do substitutivo ao PLS 757/2011, o percentual a ser cobrado deve variar conforme o caso. A taxa de 5% deverá valer para os pedidos feitos, no mínimo, com cinco dias de antecedência da data da viagem. Nos demais casos, a taxa será de 10% do valor pago, inclusive de passagens promocionais.

A regra, a ser incluída no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/1986), foi sugerida por uma de três emendas apresentadas por Aloysio

Nunes Ferreira (PSDB-SP) ao projeto original do ex-senador Pedro Taques. As alterações foram encaminhadas no turno suplementar de votação da proposta e acolhidas pelo relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Pelo substitutivo ao PLS 757/2011, a imposição de limite

às taxas de serviço e a restituição do valor beneficiariam o passageiro que pedisse tanto o cancelamento da viagem quanto a alteração de voo, mas foi alterada por outra emenda de Aloysio, que restringe o direito de restituição parcial ao cancelamento do voo pedido pelo passageiro.



Aeroporto de Brasília: taxas cobradas pelas companhias passarão a ter limite

## Avança projeto sobre indicação de condutor principal de veículo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para possibilitar ao proprietário indicar o principal condutor do veículo (PLC 60/2013).

Por ter recebido substitutivo do relator, José Pimentel (PT-CE), o texto voltará à CCJ, em turno suplementar, antes de retornar à Câmara. Para o relator, a medida vai beneficiar muitos donos de carros e motos cujos veículos são habitualmente usados por filhos, parentes ou empregados.

O principal condutor pode ser apontado pelo dono em comunicação ao

principal órgão executivo de trânsito. O motorista indicado deve aceitar expressamente a indicação para que ela tenha validade. Depois disso, o nome dele será inscrito no cadastro do veículo no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

O principal condutor registrado assume a presunção da responsabilidade pelas infrações de trânsito cometidas com o veículo, que hoje cabe ao proprietário. Assim, não é mais necessário que o proprietário atravesse a atual burocracia para transferir as sanções devidas — elas já serão aplicadas ao principal condutor — a não ser que o

infrator real não seja nem o condutor nem o proprietário.

Caso o veículo seja vendido, o principal motorista indicado tem o nome automaticamente desvinculado do Renavam. Outras hipóteses para a exclusão do nome do condutor são a indicação de outra pessoa ou requerimento do condutor ou do proprietário.

O trecho sobre a retirada do condutor do cadastro foi incluído por meio de substitutivo de Pimentel:

“Não pode o principal condutor ficar vinculado ao veículo até que o proprietário resolva modificar sua situação”, argumenta o relator.

## Vanessa: litígio sobre área da Aeronáutica tem solução

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que já existe previsão de solução positiva para as 700 famílias do município de Barcelos (AM) que vivem perto de área da União destinada à construção de um aeroporto. Por determinação judicial, elas deveriam deixar suas casas até o dia 24.

Vanessa esteve na Secretaria de Aviação Civil discutindo o problema e disse que o órgão já tem uma solução técnica para o caso, que manterá a maioria das famílias no mesmo local.



Waldemir Barreto/Agência Senado



# Debate aponta falta de transparência no BNDES

Ouvidos em audiência sobre a medida que aumenta os repasses da União ao banco, analistas disseram que a instituição resiste à fiscalização e consideraram um risco ao contribuinte a escassez de informações

A FALTA DE transparência da União na concessão de subsídios foi criticada ontem em audiência pública na comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória (MP) 663/2014.

A MP aumenta o limite de repasse da União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), relator da medida, e debatedores criticaram, entre outros pontos, a aplicação de R\$ 38 bilhões do BNDES em ações da Petrobras; a falta de critérios e a concentração de empréstimos do banco em poucas empresas; e a troca de títulos do Tesouro Nacional por créditos que rendem bem menos.

Ataídes pôs em dúvida o sentido dos empréstimos a entes públicos, visto que o banco deveria ajudar o setor privado sem acesso ao mercado de capitais. Também questionou qual seria o impacto das operações do banco nas contas públicas, qual a política



Relator da MP 663/2014, senador Ataídes Oliveira (C) coordena a audiência

que justifica os repasses com o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e quais os riscos que os empréstimos representam para o Tesouro Nacional.

De acordo com a MP, o limite global para as subvenções econômicas de que trata a Lei 12.096/2009 passa para R\$ 452 bilhões. O montante de acréscimo proposto pelo governo, de R\$ 50 bilhões, foi estimado a partir de estudos técnicos do BNDES, os quais consideraram a projeção de demanda por financiamentos até o final de 2014 e para 2015.

Segundo o procurador do Ministério Público junto ao

Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, o BNDES é hoje uma caixa-preta, que resiste a todas as tentativas de fiscalização mais profunda.

Para a presidente da Associação dos Auditores do TCU, a falta de transparência sobre uma instituição financeira 100% pública, como o BNDES, representa um risco para o contribuinte.

O economista Mansueto Facundo de Almeida Júnior disse que empréstimo do Tesouro para banco público sempre existiu, mas que o "anormal" foi o crescimento nos últimos anos. Já o deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) afirmou que as operações externas do banco exigem atenção.

## Comissão aprova regras mais claras sobre corrupção de menor

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou projeto que muda a redação do crime de corrupção de criança ou adolescente, deixando claro que, para a consumação do delito, basta o induzimento do menor à prática da conduta ilícita (PLS 125/2014). Assim, para que o adulto corruptor responda pelo crime, deixa de haver a necessidade de efetivo cometimento do ato infracional pelo menor de 18 anos.

O projeto, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), também amplia o rol de infrações que justificam o aumento de pena ao corruptor, para incluir

condutas correspondentes a racismo, tortura, terrorismo, genocídio e tráfico de drogas, além das referidas na Lei dos Crimes Hediondos. Quando se tratar desses crimes, a pena de reclusão já prevista, de um a quatro anos, pode ser aumentada em 50%.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), pediu a aprovação da proposta, que ainda será examinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em decisão terminativa. Para ela, a nova redação é mais adequada à doutrina de proteção integral ao menor do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Audiência abordará violência em favelas cariocas com UPP

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem requerimento para debate sobre segurança pública, cidadania e violação de direitos, com foco nas unidades de polícia pacificadora (UPP) e nas possíveis falhas dessa política. A iniciativa é de João Capiberibe (PSB-AP).

Para o debate, serão convidados o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, especialistas e representantes de ONGs e de associações de moradores.

Outra proposta do senador

## Presidente da Petrobras será ouvido dia 28

As Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) farão audiência conjunta com o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, no dia 28.

Bendine deve tratar dos desdobramentos da Lava-Jato,

em especial as medidas para finalizar o balanço contábil de 2014, com a inclusão de perdas causadas pela corrupção.

Também deve ser questionado sobre os ajustes na estatal em relação à queda no preço do barril de petróleo.

## CPI do HSBC busca apoio para acessar dados

Os integrantes da CPI do HSBC reúnem-se hoje com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), disse que será solicitado compartilhamento de informações

sobre os 8 mil correntistas brasileiros que têm ou tiveram contas secretas no HSBC da Suíça.

A CPI também deve votar hoje 13 requerimentos de quebra de sigilo fiscal dos investigados.

## Flexa: prisão de Vaccari envolve cúpula do PT na Lava-Jato

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o PT pelo envolvimento com casos de corrupção e elogiou a Polícia Federal, que prendeu ontem o tesoureiro do partido, João Vaccari Neto.

O senador afirmou que o cerco ao PT está se fechando e lamentou os casos de corrupção na Petrobras.

— Temos que pôr fim a esta era dos escândalos. A sociedade já não aguenta mais tanta corrupção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Roberto Rocha propõe que desvio de merenda seja crime hediondo

O senador Roberto Rocha (PSB-MA) defendeu projeto dele que tipifica como crime hediondo o desvio de dinheiro de programas como o Bolsa Família e a merenda escolar. Ele espera evitar o sofrimento de pessoas cuja única alimentação do dia é a merenda.

— A merenda é a garantia mínima nutricional de milhares de crianças. Precisa ser tratada como uma questão de segurança alimentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Malta diz que redução da maioria penal não deve vir só

Magno Malta (PR-ES) defendeu projeto que reduz a maioria penal para 16 anos, mas advertiu que a medida será apenas paliativa se não for acompanhada de outras reformas.

— Também não concordo com redução por redução. Vai continuar do mesmo jeito e vão depois brigar para reduzir para 15, para 14.

O senador também denunciou a falência do sistema de medidas socioeducativas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição:** Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Requião é eleito presidente da delegação brasileira no Parlasul

Para o senador, Mercosul é uma oportunidade para o desenvolvimento industrial do Brasil; Parlamento do bloco se reúne em 10 de maio

O SENADOR ROBERTO Requião (PMDB-PR) foi eleito ontem presidente da delegação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A definição dos dois vice-presidentes — um deputado e um senador — acontecerá dia 29. Estão na disputa os deputados Édio Lopes (PMDB-RR) e Rocha (PSDB-AC) e os senadores Paulo Bauer (PSDB-SC) e Humberto Costa (PT-PE).

Os integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul têm ainda que eleger o vice-presidente do Parlamento do Mercosul pelo Brasil. Há, no entanto, a possibilidade de essa decisão ocorrer apenas quando houver a próxima reunião do Parlasul, em 10 de maio, em Montevideu, no Uruguai.



Requião diz que uma das prioridades é defender interesses do Brasil no Mercosul

Roberto Requião disse que a prioridade da representação neste momento é estimular o funcionamento do Parlasul, organizar a defesa dos interesses do bloco e dos interesses do Brasil no bloco. O parlamentar se declara um

entusiasta do Mercosul.

— Eu sou extremamente favorável ao Mercosul. É a nossa possibilidade. A nossa saída. É para onde vendemos os nossos artigos manufaturados. É América do Sul que tem sustentado a indústria

brasileira até agora — afirmou Requião.

Estão entre as atribuições da Representação Brasileira no Parlasul analisar e dar parecer sobre todas as matérias de interesse do bloco regional que venham a ser submetidas à análise do Congresso, além de promover audiências públicas com entidades da sociedade civil e examinar propostas encaminhadas pelo Parlasul.

O Mercosul é formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Há a possibilidade de a Bolívia entrar para o grupo. O objetivo do bloco é a integração dos Estados-parte por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos com uma Tarifa Externa Comum (TEC).

## Adiada votação de texto sobre novo índice para dívida estadual

O Senado adiou a votação do projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados (PLC 15/2015 — Complementar). O novo indexador foi aprovado em 2014, mas o governo não regulamentou a lei, o que atrasou a aplicação. O adiamento da votação após o início da discussão do projeto se deu por falta de acordo sobre seis emendas apresentadas ao texto.

— É possível que haja um acordo em relação à data de validade da troca do indexador, mas isso é um avanço a partir das discussões que acontecem no Senado — esclareceu o presidente da Casa, Renan Calheiros.

A mudança no indexador é reivindicação antiga de estados e municípios, cuja dívida chega a crescer até 20% ao ano. O texto virou lei em 2014, mas o governo adiou a regulamentação em nome do ajuste fiscal. A alteração, segundo o Ministério da Fazenda, geraria perda de R\$ 3 bilhões ao governo federal neste ano.

Uma das mudanças em debate é a sugestão do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de adiar a aplicação até janeiro de 2016 e depois devolver aos estados e municípios o que tiver sido pago a mais em 2015.

A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), não acatou a mudança. Ela citou exemplos do impacto do crescimento da dívida nos entes que considera mais prejudicados. Segundo a senadora, a mudança do indexador faria com que a dívida do estado de

São Paulo caísse R\$ 53 bilhões em 13 anos. Com isso, seria possível aumentar em 50% o investimento em educação, duplicar recursos da saúde ou triplicar o orçamento do metrô.

Já no município de São Paulo, aponta Marta, o gasto com a dívida é o terceiro maior, perdendo apenas para a educação e a saúde. Com o valor pago anualmente pela prefeitura, seria possível construir 500 creches, 10 mil casas populares ou 150 quilômetros de corredores de ônibus.

— Estou convencida de que a lentidão na regulamentação pode, de fato, resultar em uma tragédia para estados e para municípios, pois sufoca qualquer tentativa de aumentar a capacidade de investimento.

### Validade imediata

Aécio Neves (PSDB-MG) também criticou essa possibilidade e cobrou a validade imediata do novo indexador. Para ele, não é possível esperar até 2016, como quer o governo. — Queremos a entrada em vigor desse novo indexador imediatamente, em benefício da sobrevivência de municípios e de estados brasileiros.

Se o texto for aprovado como está, sem a emenda, o governo terá 30 dias para rever os contratos e substituir o atual indexador, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, os juros serão reduzidos dos atuais 6% a 9% ao ano para 4% ao ano.

## Comissão de Agricultura promove audiência sobre plantio do cacau

A situação da cacauicultura no Brasil é o tema da audiência pública que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove amanhã, a partir das 13h, no Centro de Pesquisa do Cacau, que fica na rodovia entre as cidades baianas de Ilhéus e Itabuna.

O Brasil é o sexto maior produtor de cacau no mundo, com 248,5 mil toneladas anualmente. No topo do ranking, está a Costa do Marfim, na África, com 1,3 milhão de toneladas. Em compensação, o cacau brasileiro é o que tem o melhor preço por tonelada. Os dados foram divulgados pelo Sebrae no ano passado.

A audiência foi proposta por Lídice da Mata (PSB-BA), que representa o estado de maior produção de cacau no país, com 148,2 mil toneladas ao ano. A senadora propôs que a audiência trate de pontos específicos dessa cultura, como o sistema de armazenamento, as estratégias de comercialização e a proteção ao meio ambiente.

Para isso, foram convidados o governador da Bahia,

Rui Costa; o diretor-geral da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira, Helinton Rocha; e o presidente da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia, Guilherme Galvão, entre outros.

A produção cacaueira, também de acordo com informações do Sebrae, é resultado basicamente do trabalho da agricultura familiar e é considerada muito pouco poluente. São 50 mil cacauicultores no país, metade deles na Bahia. Além disso, o Brasil ocupa a terceira posição no mercado mundial de chocolate. O consumo no país em 2013 foi de 790 mil toneladas.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

AMANHÃ, às 13h

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ▶ Facebook: senadofederal

[@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

#### ▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

#### ▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoagricultura>



Situação da cacauicultura no país será debatida amanhã em encontro na Bahia

## Debatedores pedem liberação rápida de pesquisas clínicas

Apresentado por Ana Amélia (PP-RS), em conjunto com os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA), o projeto de lei que agiliza a liberação de pesquisas clínicas no Brasil foi tema do 1º Seminário Aliança Pesquisa Clínica Brasil, ontem no Auditório do Interlegis, no Senado.

A proposta (PLS 200/2015) prevê mecanismos mais ágeis para garantir os “princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituição pública ou privada”.

Atualmente, o Brasil é um dos países mais atrasados quanto à autorização e condução dos protocolos — entre 10 e 15 meses de espera, enquanto no restante do mundo o prazo varia de 3 a 6 meses.

### Câncer

Na abertura do evento, Ana Amélia ressaltou que o projeto só foi possível após receber o relato de Afonso Haas, de Ijuí (RS), sobre a dificuldade de acesso a novos medicamentos. Lutando contra um câncer de pulmão, o paciente está no quarto protocolo de pesquisa.

— Ele pode ser referência para milhares de brasileiros, trazendo mais chances de cura e melhorando a qualidade de vida dos pacientes em todo o país — enfatizou.

Haas valorizou o trabalho desenvolvido pela senadora Ana Amélia e seu gabinete.

— Precisamos de menos burocracia e mais ação — declarou.

Foi a partir do caso de Haas que Ana Amélia propôs em 2014 um debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ali foi destacado que o Brasil ocupava a 42ª posição no ranking mundial de pesquisas em razão da burocracia na liberação dos protocolos.

Os problemas apontados na audiência motivaram a criação da Aliança Pesquisa Clínica Brasil, organização sem fins lucrativos em busca do aprimoramento das regras, que sugeriu o projeto PLS 200/2015, apresentado semana passada por Ana Amélia, em parceria com Moka e Pinheiro.

Participaram do debate, além dos autores do texto, representantes do Hospital Sírio-Libanês, do Hospital de Caridade de Ijuí (HCI), do Ministério da Saúde e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



Proposta aprovada pelo Plenário corrige distorção tributária que garantia o recolhimento do imposto na origem e beneficiava os estados mais desenvolvidos, como São Paulo

# ICMS do e-commerce é redividido entre estados

O SENADO APROVOU ontem, por unanimidade, uma nova fórmula de repartição entre os estados da receita do ICMS cobrado sobre mercadorias e serviços vendidos a distância, isto é, pela internet e por telefone.

A PEC 7/2015 corrige uma distorção tributária que permitia o recolhimento de todo o ICMS pelo estado de origem, onde está localizada a loja virtual. O estado comprador, ou de destino, não recebia nada. Assim, eram beneficiados principalmente os estados mais desenvolvidos, como São Paulo.

Hoje o Senado deve realizar sessão solene às 11h para promulgar a PEC, tornando válidas as novas regras.

— Esse é um mercado que cresce exponencialmente, a 35% ao ano. Atualmente, em todas as compras no comércio eletrônico, os impostos ficam com os estados produtores e não são repartidos com os estados consumidores. A partir da promulgação, passarão a

ser repartidos, sim — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O texto aprovado ontem é o modificado pela Câmara dos Deputados. Ele torna gradual a alteração nas alíquotas, atribuindo aos estados de destino 100% da diferença de alíquotas em 2019. Até lá, vale a seguinte regra de transição: 20% para o destino e 80% para a origem (2015); 40% para o destino e 60% para a origem (2016); 60% para o destino e 40% para a origem (2017); e 80% para o destino e 20% para a origem (2018).

Em reunião recente, o Conselho Nacional de Política Fazenda (Confaz) manifestou-se a favor da proposta, pela unanimidade dos 27 secretários estaduais de Fazenda.

— Esse é inclusive um dos melhores caminhos para a redução da guerra fiscal. A matéria procura essencialmente reequilibrar essa relação. Aprová-la significa promover uma redistribuição de receita pública em favor dos estados



PEC que deve ser promulgada hoje pelo Plenário estabelece regra de transição para mudança gradual de alíquotas até 2019

menos desenvolvidos do Brasil, coerente com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais — afirmou o relator da proposta, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Delcídio do Amaral (PT-MS) comemorou o impacto da PEC sobre a receita de Mato Grosso do Sul, que deve receber, segundo ele, em 2019, mais de R\$ 700 milhões.

Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou que o comércio eletrônico deve movimentar R\$ 35 bilhões este ano. O senador disse que a Bahia passará

a arrecadar cerca de R\$ 300 milhões a mais anualmente.

Segundo José Serra (PSDB-SP), a expectativa é de que no prazo de um ano São Paulo, que lidera as vendas do comércio eletrônico, perca em torno de R\$ 852 milhões. Mesmo assim, o senador explicou que é favorável à matéria em nome da justiça federativa.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lembrou a importância da decisão porque não havia previsão constitucional para disciplinar o comércio eletrônico no país.

Benedito de Lira (PP-AL), Waldemir Moka (PMDB-MS), Lídice da Mata (PSB-BA), José Agripino (DEM-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Simone Tebet (PMDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltaram o avanço proporcionado pela PEC com a possibilidade de recuperação, a médio prazo, da arrecadação de estados mais prejudicados. Para Jader Barbalho (PMDB-PA), a PEC representa progresso, mas é preciso redistribuir o ICMS geral para eliminar as desigualdades regionais.

## Pinheiro: Senado precisa votar pacto federativo

Walter Pinheiro (PT-BA) voltou a defender um novo pacto federativo, dizendo que o Senado precisa votar as propostas relacionadas a esse tema, para o bem do país. O senador informou que os governadores dos estados do Nordeste reuniram-se com deputados e senadores da região. Segundo ele, os dirigentes apresentaram uma pauta legislativa e decidiram montar



uma representação em Brasília. Para Pinheiro, a guerra fiscal é uma “chaga”. O senador pediu um amplo entendimento entre governo federal, governadores e Legislativo para incentivar o desenvolvimento regional.

— Este é um momento muito delicado para as economias locais. Não se faz economia num país sem a gente discutir a economia local.

## Fátima defende modo de exploração de petróleo

Integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras se reuniram com o vice-presidente da República, Michel Temer, para pedir apoio contra projetos que enfraqueçam a estatal. Fátima Bezerra (PT-RN) lembrou que uma das propostas muda o modelo de partilha para o de concessão na exploração do pré-sal.

Segundo a senadora, a iniciativa decorre das denúncias de irregularidades na companhia, mas, em sua opinião,

isso não é motivo para enfraquecer a Petrobras, que deixaria de ser a responsável pelas operações de exploração do petróleo do pré-sal se tal proposta for aprovada.

Fátima acrescentou que a mudança poderá tirar dinheiro da educação e da saúde, áreas beneficiadas com parte dos recursos advindos com a exploração.

— Esses recursos são essenciais para o nosso projeto de redução das desigualdades no país.

## Humberto Costa apoia projetos pró-Nordeste

Humberto Costa (PT-PE) informou em Plenário que governadores do Nordeste estiveram ontem no Congresso, onde pediram aos parlamentares da região que se mobilizem na votação de temas importantes que promovam o equilíbrio da economia nordestina.

Ele lembrou que a agenda para o Nordeste já começou a ser colocada em prática com a aprovação da convalida-



ção dos incentivos das unidades federadas sem autorização do Confaz.

— Temos projetos que versam sobre substituição tributária, novas regras para o ICMS, desoneração do PIS e Cofins na área de saneamento que precisam ser discutidos com celeridade. Temos o debate sobre o fundo de compensação de perdas e o fundo de desenvolvimento regional.

## Renan quer que governos possam usar depósito judicial

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu o PLS 183/2015, de José Serra (PSDB-SP), como forma de ajudar estados e municípios no equilíbrio financeiro. O projeto de lei aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e permite aos estados e municípios o uso dos depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento.

A medida pode representar, em 2015, um acréscimo de R\$ 21 bilhões no caixa dos estados e municípios. Renan disse ter apontado anteontem a necessidade da medida ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e à presidente Dilma Rousseff.

— O projeto é fundamental e importantíssimo, pois cria alternativas para que os estados tenham acesso a grandes

recursos — disse Renan ao Plenário.

Ele lembrou que os estados estavam acostumados a fazer empréstimos para honrar seus compromissos. No entanto, pontuou, com as medidas de ajuste econômico, o Ministério da Fazenda quer evitar esses empréstimos. Para o presidente do Senado, as medidas de

austeridade não podem prejudicar os setores mais vulneráveis da Federação e o projeto de Serra ajudaria na “qualidade” do ajuste econômico. Renan acrescentou que já pediu à CAE que faça o projeto tramitar em regime de urgência.

— Precisamos que essa medida se

espalhe pelo Brasil — afirmou.

Renan anunciou essa decisão ontem a cinco governadores do Nordeste — Rui Costa (Bahia), Flávio Dino (Maranhão), Camilo Santana (Ceará), Renan Filho (Alagoas) e Wellington Dias (Piauí).

— Quatro estados e algumas grandes cidades já fizeram isso. É um volume de recursos muito grande, não impacta nas contas públicas e o ministro Levy concorda — disse.

Walter Pinheiro (PT-BA), que também participou do encontro, acrescentou que já foi acertado com deputados que o PLC 15/2015 retornará à Câmara com essa modificação. Na reunião, os governadores apresentaram uma pauta com 21 projetos de interesse da região que tramitam no Congresso Nacional.



Presidente do Senado, Renan Calheiros (C, de gravata verde) recebe governadores do Nordeste